

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano III n. 20 fevereiro 2004



Pará



Piauí



Distrito Federal



Maranhão



Amapá



Goiás

Primeira Região instala varas de juizados federais

Remoções ou movimentações aprovadas na sessão da Corte Especial Administrativa

(05/02/2004)

Remoções e movimentações de Juízes Federais da 1ª Região

❖ **Cândido Moraes Pinto Filho**, da 2ª Vara para a 20ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia;

❖ **Vera Maria Louzada Velo**, da 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas para a 21ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia;

❖ **Maízia Sealm Carvalho Pamponet**, da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Rondônia para a 22ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia;

❖ **César Cintra Fonseca**, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão para a 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia;

❖ **Hamilton de Sá Dantas**, da 11ª Vara para a 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;

❖ **Flávio Dino de Castro e Costa**, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão para a 23ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;

❖ **Moacir Ferreira Ramos**, da 14ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia para a 24ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;

❖ **Itagiba Catta Preta Neto**, da 15ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia para a 11ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;

❖ **Alderico Rocha Santos**, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins para a 13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás;

❖ **Roberto Carvalho Veloso**, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí para a 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão;

❖ **Clemência Maria Almada Lima de Ângelo**, da Vara Única da Subseção Judiciária de Imperatriz-MA para a 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão;

❖ **Claudia Maria Resende Neves Guimarães**, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará para a 30ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Adriane Luísa Vieira Trindade**, da 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará para a 31ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Rogéria Maria Castro Debelli**, da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará para a 32ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Márcio Braga Magalhães**, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima para a 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí;

❖ **Grigório Carlos dos Santos**, da 2ª Vara para a 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima.

Remoções e movimentações de Juízes Federais Substitutos da 1ª Região

❖ **Cláudio José Coelho Costa**, da 14ª Vara para a 10ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Luciana Pinheiro Costa**, da 8ª Vara para a 30ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Fábio Moreira Ramiro**, da 22ª Vara para a 13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Elísio Nascimento Batista Júnior**, da 24ª Vara para a 31ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

❖ **Neian Milhomem Cruz**, da 1ª para a 8ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará;

❖ **Cristiane Miranda Botelho Mengue**, da 19ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para a 23ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;

❖ **Agliberto Gomes Machado**, da 3ª Vara Seção Judiciária do Estado do Maranhão para a 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí;

❖ **Lucas Rosendo Máximo de Araújo**, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão para a 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Primeira Região instala varas de Juizados Federais

A história da Justiça Federal da Primeira Região registrou mais um grande avanço em benefício do cidadão. Em janeiro deste ano teve início a corrida de instalação das novas varas exclusivas de juizados especiais federais, possibilitada pela lei 10.772, de 21 de novembro de 2003, que autorizou a criação de 59 varas para o TRF-1ª Região, a serem implantadas gradativamente até o ano de 2008. Desse total, 18 serão instaladas até abril pelo Presidente Catão Alves.

Nesta edição, o leitor da Destaque vai saber, com detalhes, como foi a solenidade que instalou, no dia 6 de janeiro, na Seção Judiciária do Maranhão, a primeira vara especializada dos Juizados em funcionamento com estrutura e quadro próprios; também vai acompanhar a instalação de outras nas seccionais do Piauí e do Pará. Entre as demais novidades, a revista destaca o empenho da Asret, que zerou a relação de processos sob sua responsabilidade; a instalação de catracas de segurança; o balanço da Turma Especial de Férias; e muito mais.

Nas edições seguintes, os leitores irão acompanhar o programa de expansão das instalações, previsto na resolução Presi/600-018, de 16.12.2003, que visa estendê-las às cidades de Rio Branco, Macapá, Manaus, Salvador (duas), Brasília (duas), Goiânia, Cuiabá, Belo Horizonte (três), Porto Velho e Boa Vista.

A todos uma excelente leitura.

Os editores
destaque@trf1.gov.br

Sumário

A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários zerou os processos de seus armários no dia 18 de fevereiro p. 5



Entrevista: Assessora Parlamentar fala do trabalho de intermediação entre Judiciário e parlamentares p.6

Confira os novos credenciamentos firmados pelo Pro-Social p. 28



Manual do Executor de Contratos orienta profissionais da área p. 19

Associação dos Servidores da Justiça Federal – Assejufe já tem calendário de eventos para 2004 p. 11

PRESIDENTE

Catão Alves

VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

CORREGEDOR-GERAL

Aloísio Palmeira Lima

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Mário José de Santana Filho

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA (PARLAMENTAR)

Helga Ferraz Jucá

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais, Lucimar de Melo, Marcela Correia, Márcia Murça

Barroso, Marília Maciel Costa, Rafael

Braga, Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS

Bárbara Nogueira, José Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

DIAGRAMAÇÃO e PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Lucimar de Melo, Silvanildo Faria,

Vandenei Machado e Bruno Almeida

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores - SAS

– **Quadra 02 – Bloco A – Edifício-Sede**

– **sala 03. CEP: 70095-900**

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/ radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



Ascom facilita acesso ao Sistema Integrado de Divulgação Jornalística



A Ascom distribuiu fones de ouvido nos gabinetes dos Desembargadores Federais e nas demais unidades do Tribunal no final do mês de fevereiro para facilitar acesso à Rádio, à TV Destaque e às transmissões de julgamento. Cada gabinete recebeu inicialmente três fones; e as demais unidades, dois, a princípio.

O número de fones distribuídos foi insatisfatório, uma vez que houve muita procura, superando as expectativas da Assessoria de Comunicação, que recebeu somente 250 fones para distribuir em todo o Tribunal.

Secoi cria página na Intranet

A Secretaria de Controle Interno do TRF da 1ª Região, com a valiosa ajuda da Secretaria de Informática, objetivando dar continuidade à política interativa da administração atual, criou sua página na *Intranet*. Já estão disponíveis as consultas formuladas por unidades desta Corte e pelas seccionais da 1ª Região relativas aos anos de 2002 a 2004 e outras informações, tais como tabelas de imposto de renda, INSS e auxílio-creche.

Para entrar na página da Secoi, basta digitar na barra de endereços [www.trf1.gov.br/sectorial/secretaria de controle interno](http://www.trf1.gov.br/sectorial/secretaria%20de%20controle%20interno).



Corregedor-Geral

O Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, Corregedor-Geral da Justiça Federal – 1ª Região, recebeu, no dia 03 de março, fax do gabinete do Governador da Bahia, Dr. Paulo Souto, que lhe deu ciência do envio de projeto de lei do Chefe do Poder Executivo baiano à Assembleia Legislativa do Estado, doando à União área de 30.000m², localizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, para a construção da sede dos Juizados Especiais Federais e do arquivo da Justiça Federal.

A iniciativa do projeto de lei resulta de várias gestões do Corregedor-Geral, iniciadas neste Tribunal, em junho do ano passado, para inclusão no PPA dos recursos necessários, e também com autoridades do governo da Bahia, desenvolvidas até agora, a fim de que a doação se concretizasse em área nobre do CAB, para facilitar o acesso dos jurisdicionados pela Avenida Paralela, de grande movimento de transporte coletivo, e para tornar a construção o menos onerosa possível.

Nada de descanso para a Justiça

Finalizou no dia 27 de janeiro o período de atividades da Turma Especial de Férias do TRF da 1ª Região. Por meio da portaria Presi/1104-757, de 11 de dezembro de 2003, o Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Catão Alves, designara os Desembargadores Federais Plauto Ribeiro, Mário César Ribeiro e Carlos Olavo para comporem a Turma Especial de Férias que atuaria no período de 02 a 31 de janeiro. O mês foi de muito trabalho, inclusive nos finais de semana, como prevê o Regimento Interno. Houve inúmeros despachos e decisões em processos urgentes.

Realizaram-se duas sessões, nos dias 13 e 27 de janeiro. Segundo estatística de processos julgados nesse mês, apresentada pela Secretaria Judiciária da Turma Especial de Férias, houve mais de quarenta decisões em *Habeas Corpus*.

A Turma Especial de Férias, prevista regimentalmente, exerce atividade jurisdicional de 2 a 31 de janeiro e de 2 a

31 de julho de cada ano, período de férias regimentais dos magistrados. Cabe aos integrantes da Turma decidir pedidos de liminar em mandado de segurança e *Habeas Corpus*, determinar a liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e examinar outras medidas que reclamem urgência. Compete ainda à Turma processar e julgar os pedidos de *Habeas Corpus* quando os réus estiverem presos ou com prisão decretada.



Turma Especial de Férias julga processos urgentes em janeiro

Asret zera processos a serem enviados para juízo de admissibilidade

A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários do Tribunal – Asret comemorou o fato de ter visto seus armários sem nenhum processo no dia 18 de fevereiro. É que foram despachados e decididos todos aqueles para lá enviados até aquela data. No dia, o Presidente Catão Alves esteve na Assessoria parabenizando a todos.

A média mensal de processos recebidos pela Assessoria é de cerca de 1.400. Destes, aproximadamente 20% são delegados à Vice-Presidência. A média de decisões e despachos preparados é de 1.800. Em 2003, a Assessoria recebeu 17.074 processos, tendo sido assinados 22.151 despachos ou decisões.

A Asret é responsável por fazer o juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários que chegam ao Tribunal, avaliando se podem ou não ser enviados para julgamento no STJ e STF, respectivamente. Para realizar esse trabalho, a Assessoria conta com quatro assessores, quin-

ze servidores, dois prestadores de serviços e sete estagiários.

O processo é recebido pela Assessoria, cuja secretaria trabalha na tarefa de registro de feitos, classificação por assunto, separação nos armários, distribuição aos servidores, digitação, e revisão dos processos. A análise dos feitos para identificação do tipo de despacho ou decisão que será feito é realizada pelos assessores, servidores e estagiários de nível superior, antes do envio para apreciação e assinatura do Presidente. Após assinados, os recursos são enviados à Coordenadoria de Recursos (Corec), órgão de onde saem cerca de 90% dos processos encaminhados à Asret. Os dez por cento saem de outros órgãos, como Coordenadoria de Registros e Infor-

mações Processuais (Corip), Turmas, Corte Especial.

O Chefe da Assessoria, Ricardo Taboada, conta “ver as estantes vazias causou a toda equipe júbilo e satisfação, uma vez que costumamos trabalhar sob pressão diante do crescente número de processos”. Finaliza ressaltando que o zeramento de processos ocorreu há pouco mais de um mês do final da gestão do atual Presidente.

Mas o trabalho da Assessoria, como de todo o Tribunal, não pára. A Asret já esperava receber, a partir do dia seguinte cerca de 3 mil processos.



Presidente do Tribunal e servidores da Asret



ENTREVISTA: HELGA FERRAZ JUCÁ

Diplomacia e resultados

Por Etiene Gomes



Primeira Assessora Parlamentar do TRF da 1ª Região, Helga Ferraz Jucá é advogada concursada, requisitada da Empresa de Urbanização do Recife – URB/Recife para o Tribunal desde 16 de maio de 2002, como Diretora do Centro de Modernização Administrativa – Cemor, inaugurando a Assessoria Parlamentar em 03 de outubro de 2002.

Tem, na trajetória profissional, quase dez anos de trabalho no Congresso Nacional, junto a parlamentares, tendo, também, assessorado o Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), além de desenvolver trabalhos importantes em outros campos profissionais.

Foi Assessora do Presidente do Projeto Rondon no Ministério do Interior, Dr. Sílvio Amorim. No Ministério da Ação Social, em 1991, Chefe da Divisão de Compras e Normas Contábeis da Legião Brasileira de Assistência – LBA, passando a Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Defesa Civil (Sedec), em 28 de fevereiro de 1992, com o Secretário Nacional Roberto Andrade e o Ministro Ricardo Fiúza. Em 1993, trabalhou no Gabinete do Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti. Em maio de 1994, retorna para Brasília assumindo o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda – SHIS. Trabalhou na Câmara dos Deputados como Assessora Parlamentar e Chefe de Gabinete com três Deputados, passando a trabalhar na Liderança do PFL em 1995, com o líder Inocêncio Oliveira, onde ficou até o ano de 2000. Depois disso, trabalhou para a Fundação Getúlio Vargas, em 2000/2001, como Consultora de Projeto 1, para o Denatran.

Helga Ferraz Jucá iniciou sua colaboração profissional ao Poder Judiciário no STM, em 19 de outubro de 2001, como Assessora do Ministro José Coêlho Ferreira, onde permaneceu até ser convidada a inaugurar a primeira Assessoria Parlamentar do Tribunal, instituída por força da Resolução n. 22 de 26 de setembro de 2002.

A Assessora nos fala sobre o que foi desenvolvido pela Assessoria Parlamentar nesses dois anos de muito trabalho.

Como surgiu a Assessoria Parlamentar?

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves, entendeu ser necessária uma articulação maior entre o Tribunal e o Congresso Nacional. Em 26.09.2002, por meio da Resolução n. 22, recebi o convite do amigo, Dr. Catão Alves, para inaugurar a Assessoria Parlamentar e auxiliar o Presidente e os demais Desembargadores Federais do TRF nas relações com o Poder Legislativo, além de encaminhar e acompanhar proposições de interesse da Corte Federal no Congresso Nacional, Órgãos Públicos Federais, Conselho da Justiça Federal e Seções Judiciárias dos Estados. Abracei essa missão com muito carinho, pois, tendo trabalhado no Congresso Nacional por quase dez anos, na liderança do PFL e em gabinetes como assessora parlamentar e chefe de gabinete, tenho agora a oportunidade de ajudar a promover uma integração maior entre os poderes.

Quais as principais dificuldades?

É que a Primeira Região é muito extensa e as carências são enormes. O TRF–1ª Região tem sob sua jurisdição 14 Estados da Federação, sendo sete na Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), três na Região Nordeste (Bahia, Maranhão, Piauí), um na Região Sudeste (Minas Gerais) e três na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso). Dos 8.200.000 (oito milhões e duzentos mil) metros quadrados do território nacional, a Primeira Região engloba uma área total de 6.800.000 (seis milhões e oitocentos mil) metros quadrados, ou seja, mais de 82% (oitenta e dois por cento) de todo o território brasileiro. Representar toda essa extensão, na figura do Tribunal, por certo, traz muita responsabilidade. Acompanhar as proposições importantes para

o Tribunal e lutar pela aprovação de cada emenda é muito difícil, pois os problemas do Brasil são muitos, assim como são muitos os interesses reunidos no Congresso. Daí a importância de acompanhar diretamente todas as etapas para a aprovação das matérias de interesse do Tribunal. Mas, apesar de todas as dificuldades, é muito gratificante e motivo de orgulho representar esta Casa no Congresso para articular, negociar, explicar detalhes, enfim, providenciar o encaminhamento de proposições de interesse do TRF, inclusive no que se refere à apresentação de emendas, pois considero um ponto de honra aprovarmos uma emenda em Plenário já tendo sido passada pelas Comissões. Realmente é preciso muita negociação, como foi o caso complicado das Varas, em que saímos vitoriosos. Afinal, são 513 Deputados Federais e 81 Senadores lutando pelos interesses do povo e dos Estados. Adoro o que faço e busco honrar a missão que recebi com todas as forças que tenho.

Qual a importância da aproximação da Justiça Federal com o Legislativo?

Existem várias proposições, acompanhadas de perto, tramitando tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, que tratam da organização do Poder Judiciário, como a Reforma do Judiciário ou a criação dos Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões. No ano de 2003, demos atenção especial à criação de 183 Varas Federais, destinadas principalmente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais, onde obtivemos 11 varas a mais do que previa o Projeto Original para a Primeira Região. Também houve um trabalho intenso, junto ao Legislativo, para a obtenção de um Crédito Especial para a compra do terreno para a nova Sede da Seção Judiciária em Minas Gerais. Estamos abrindo vários canais de comunicação por meio dos quais conseguimos sensibilizar o Poder Legislativo das reais necessidades da Justiça Federal. Os problemas que a Justiça Federal enfrenta são muitos e, se não houver o envolvimento do Tribunal com os parlamentares, através de uma Assessoria Parlamentar, fica muito difícil aprovar qualquer crédito ou matéria.

Qual o balanço dos trabalhos nesses dois anos?

Graças a Deus, esses dois anos de trabalho foram de muitas vitórias: conseguimos aprovar no Congresso Nacional os Projetos de Lei para o TRF-1ª Região, inclusive para o pagamento de precatórios e para a implantação do plano de cargos e salários dos servidores do Tribunal; conseguimos resolver definitivamente o problema da nova Sede da Justiça Federal em Minas Gerais e a aprovação do Projeto de Lei sobre a criação de 183 Varas Federais, com acréscimo de 11 varas, totalizando 59 para a Primeira Região. Participei de várias aprovações de créditos adicionais em 2002, na Comissão Mista de Orçamento, com o Presidente Deputado José Carlos Aleluia PFL/BA, destaque para o PLN 78/02, que abre crédito especial para início da obra do Centrejufe, tendo sido relator o Senador Romero Jucá PMDB/RR. Obtivemos também a aprovação, pelo Governo do Distrito Federal, dos Projetos de Arquitetura e Engenharia do Centrejufe. Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer à Dra. Maria da Glória Rincon Ferreira, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, e à Dra. Simone Medeiros da Costa, da Administração Regional do GDF. Ambas, de modo decisivo, ajudaram a agilizar o processo, pois o projeto continha vários pontos polêmicos e de difícil solução. Já em 2003, com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho PMDB/AM, o destaque foi para o crédito especial do terreno em Minas Gerais, que teve como relator o Deputado João Magno PT/MG; não podemos deixar de agradecer ao Presidente do Senado José Sarney PMDB/AP e sua equipe. Participei também da aprovação dos orçamentos de 2003 e 2004, onde não podemos deixar de citar o Senador Edison Lobão PFL/MA e a grande ajuda do seu assessor Wandermilson J. Garcêz Azevedo. As vitórias das aprovações do orçamento e créditos adicionais resultaram em obras em quase todas as seções e subseções judiciárias localizadas nos 14 Estados do nosso Tribunal. Na reforma do Edifício Anexo I, não podemos deixar de citar a colaboração do Deputado Gonzaga Patriota, PSB/PE. Trabalhei também para as

emendas ao Plano Plurianual 2004/2007 que serão usufruídas na próxima gestão.

Como foi o trabalho da Assessoria Parlamentar na conquista do novo terreno da Justiça Federal em Minas Gerais?

Considero esse ponto nossa grande vitória de 2003, pois resolvemos um problema que vinha incomodando Minas Gerais há muito tempo. Note que nem Itamar Franco, que é mineiro, conseguiu uma sede para a Justiça Federal em Minas quando foi Presidente. Após todo o problema gerado com a revogação do primeiro terreno desapropriado, conseguimos Crédito Especial, na Presidência da República, para a desapropriação de outro terreno para a nova sede da Justiça Federal em Minas Gerais. Conseguimos também a doação de mais quatro terrenos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para complementação da área desapropriada. Após muita luta, tivemos a felicidade de aprovar a lei sobre as doações na Câmara Municipal de Belo Horizonte e, ainda, fizemos gestões junto à Companhia Brasileira de Distribuição que resultaram na doação dos Projetos de Arquitetura e Engenharia para a construção da sede definitiva da Seção Judiciária de Minas Gerais. Gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer ao Deputado Federal João Magno, Vice-Líder do PT, por sua infinita disposição, que muito nos ajudou na remoção de todos os obstáculos, e ao Dr. José Antônio Dias Toffoli, Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, por sua grande colaboração nos momentos cruciais.

Foi um ano muito difícil, de muito trabalho e sacrifício, mas também gratificante, uma vez que conseguimos, após tanta luta, realizar o sonho da Sede mineira.

Como vocês podem comprovar, a Assessoria Parlamentar desempenhou um papel importante para o Tribunal, auxiliando os demais Desembargadores Federais e, principalmente, o Presidente do TRF no acompanhamento diário dessas proposições, removendo todo tipo de impedimento surgido ao longo das etapas a serem vencidas. Terminamos, assim, a gestão do Dr. Catão com grandes conquistas, realizações e um sentimento de missão cumprida. ■



Edifício Anexo I tem obras de reforma concluídas

A conclusão da reforma do Edifício Anexo I, de acordo com os termos atuais do contrato referente às obras, está prevista para acontecer na primeira quinzena de março. Iniciada há um ano, a segunda fase dessas obras cumpre rigorosamente o prazo contratual estipulado e vai antecipar em um mês a finalização dos trabalhos.

A primeira etapa, executada em contrato anterior, promoveu a alimentação geral (prumadas verticais) das principais instalações de água, energia, esgoto e rede de água gelada do ar-condicionado do edifício. Além disso, proporcionou a reforma dos banheiros coletivos e escadas em todos os pavimentos.

Como parte das ações desta segunda etapa, foi substituída a rede (ramais horizontais) de distribuição de força, iluminação, telefonia, dados e ar condicionado em todos os pisos. Os nove andares já receberam um novo acabamento, incluindo piso cerâmico, forro metálico, nova iluminação e armários de metal padronizados.



O Anexo I abriga uma parte expressiva das unidades administrativas e dos servidores da Casa. Para evitar seja comprometido o cumprimento das atividades judicantes e reduzir o tempo de execução, a Administração do Tribunal providenciou o deslocamento de diversas unidades ali instaladas (exceto as da Secretaria Judiciária) para o Edifício Funasa, iniciando, assim, a reforma, com quatro andares desocupados.

Atualmente, todos os andares, a sobreloja e o térreo estão finalizados. As unidades ganharam novas divisórias e já estão instaladas de acordo com o projeto elaborado. Para o Diretor da Divisão de Engenharia, Luiz Montezuma, com a aproximação do aniversário de 15 anos do Tribunal, comemorado no dia 30 de março, a concretização das obras significa um grande presente para os servidores. Ele destaca: “a paciência de todos e o baixo índice de reclamações recebido pela Dieng em razão do barulho e desconforto confirmaram o espírito de colaboração dos colegas”.

Cursos

Seminário

O Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília-NEUR/CEAM e a Unidade de Pesquisa “Environnement Urbain” do Institut de Recherche pour le Developpement en Cooperation-IRD, França, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Brasil, organizam o seminário, previsto para 28, 29 e 30 de julho, “A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS”, como parte do projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido pelo Neur/IRD sobre a questão ambiental urbana e a gestão do meio ambiente nas cidades, no âmbito da cooperação internacional CNPQ/IRD. Tendo em vista que os problemas sócio-ambientais urbanos avolumam-se

e cada vez mais passam a afetar a vida dos moradores das cidades e a fazer parte das agendas de políticos, administradores, e pesquisadores, o seminário objetiva apresentar diferentes contribuições científicas e técnicas e propor alternativas de gestão do território urbano.

O Seminário compreenderá conferências proferidas por especialistas no assunto e mesas redondas com sessões de comunicação, para que possam ser apresentados e divulgados trabalhos elaborados com a temática sugerida. Maiores informações, por e-mail: neur@unb.br

Em março, o Cebrad estará promovendo cursos nas capitais Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro de Processo Disciplinar; Planejamento Científico do

Controle Interno; como fiscalizar contratos; Processo Disciplinar para servidores de tribunais e Análise de Processo Disciplinar no serviço jurídico. Detalhes da programação, informações e inscrições, pelo www.cebrad.com e pelos telefones: (61) 5689641 e 5686165.

O Cebrad oferece também Cursos de Extensão pela Internet. Atualmente estão sendo disponibilizados: Advocacia perante a Administração Pública; Controle da Administração Pública; Direito Disciplinar; Administração de recursos humanos no serviço público; consultoria especializada: improbidade administrativa, comissões parlamentares de inquérito, prestação e tomada de conta especial; criminologia e vitimologia; psicologia forense e medicina legal.

Novo Sistema de Cálculos Judiciais agiliza trabalhos na 1ª instância

Desde o final do ano passado, as contadorias de todas as seccionais da Primeira Região já podem utilizar o novo Sistema de Cálculos Judiciais, desenvolvido pelos Núcleos Judiciário e de Modernização e Informática da SJDF em parceria com a Secretaria de Informática do TRF.

O novo sistema foi criado para atender, inicialmente, a demanda dos juizados especiais federais, já que, muitas vezes, há necessidade de realizar os cálculos antes de o juiz proferir a sentença.

Cerca de 60% dos cálculos já estão englobados no Sistema e a expectativa é de que, até o final do ano, esse número suba para 90%, beneficiando, principalmente, o trabalho nos JEFs.

Nas contadorias, o Sistema deu mais agilidade ao serviço,

otimizando a produtividade dos contadores. Segundo o diretor do Núcleo Judiciário da SJ/DF, Alexandre da Luz Ramires, o sistema é complexo, mas permite acatar as sugestões das contadorias que o utilizam. “é possível alterar as configurações para adequar a necessidade do contador”, afirmou. Além disso, uma equipe de programadores trabalha diretamente no Sistema, buscando melhorias e o agrupamento de novos tipos de cálculos.

Outra vantagem é a margem de segurança no resultado dos cálculos: com o Sistema é possível identificar possíveis erros que poderiam passar despercebidos se utilizado o processo anterior.

A contadoria do DF também está utilizando outro módulo que também pode ser integrado ao Sistema

de Cálculos. Esta modalidade é usada para calcular a diferença salarial de 28,86% e tem sido uma experiência com bastante êxito. “Cálculos que antes poderiam demorar cerca de quatro dias para serem feitos, ficam prontos em aproximadamente duas horas com esse sistema”, afirmou Alexandre.

O Novo Sistema de Cálculos Judiciais na 1ª instância é pioneiro na Justiça e despertou o interesse das demais regiões. Em novembro, quando foi realizado treinamento para as seccionais, também participaram representantes dos demais TRFs e do Conselho da Justiça Federal. O resultado é uma Comissão que estuda a melhor forma de desenvolver um Sistema Único Nacional de Cálculos Judiciais para juizados especiais federais.

“Cálculos que antes poderiam demorar cerca de quatro dias para serem feitos, ficam prontos em aproximadamente duas horas com esse sistema”

Diretor do Núcleo Judiciário da SJ/DF –
Alexandre da Luz Ramires





Benefícios da Ioga

Até o início da década de 60, a Ioga era vista por muitos ocidentais apenas como uma filosofia indiana que tinha como único objetivo buscar no esoterismo oriental a paz de espírito. Hoje, não mais.

A Ioga tem conquistado, a cada dia, mais adeptos dessa prática pela qual se procura encontrar o bem-estar mental e o equilíbrio do corpo.

Pensando nesses benefícios foi que, há cerca de um ano, o Comitê Gerencial do PGQTV vêm proporcionando aos trabalhadores do TRF-1ª Região aulas semanais de Ioga. As aulas acontecem sempre às segundas, quartas e sextas-feiras, das 19h10min às 20h10min, no *hall* do Plenário, e funcionam como uma espécie de instrumento minimizador das consequências do estresse.

Durante as aulas, a professora Vânia

Pinheiro agrega exercícios de alongamento, meditação e técnicas de respiração baseadas numa série de posições com diferentes graus de dificuldade. O objetivo de cada uma delas é fazer cada aluno esvaziar a mente das atribuições cotidianas.

Entre os benefícios físicos atribuídos à Ioga, está a melhora da resistência cardiorespiratória, e do tônus muscular. Além de ajudar a controlar a pressão arterial e as taxas de hormônio, associadas ao estresse. Há ainda indícios de que a prática regular de Ioga faz os vasos linfáticos trabalharem com mais eficácia, livrando, assim, o organismo do acúmulo de substâncias tóxicas.



Vânia Pinheiro ensina a prática do bem-estar

Cada vez melhor

Restaurante completa um ano de reabertura sob nova administração

Desde a sua reinauguração, em fevereiro de 2003, o restaurante do TRF-1ª Região vem aprimorando os seus serviços. Do almoço, que é o serviço prioritário, passando pelo café-da-manhã, até o lanche da tarde, o freqüentador encontra a sua disposição um cardápio cada vez mais variado.

Essa melhora no serviço prestado no estabelecimento, segundo o seu gerente, Mauro Viana, deu-se pela contratação de mais funcionários, possibilitando melhores atendimento e qualidade da comida. Ele ressalta a preocupação em variar diariamente o que é oferecido: “Nós estamos sempre procurando diversificar o cardápio para atender ao público de uma maneira geral”. Para isso, o restaurante conta com uma nutricionista,

que cuida especialmente do cardápio. Vários tipos de saladas verdes; frango e peixe para os que não comem carne vermelha são alguns exemplos de escolhas alternativas e saudáveis.

Aberto para almoço das 11 às 13 horas exclusivamente para o público interno do Tribunal e das 13 às 15 horas para o público externo, o restaurante recebe diariamente em torno de 450 a 500 pessoas – a maioria, servidores da Casa. A servidora Sônia Martins é um exemplo de freqüência; tem o restaurante como um espaço em que encontra amigos e conhece pessoas, além de ser o lugar onde almoça todos os dias. “O ambiente do restaurante proporciona uma interação maior entre as pessoas”, comenta.

Aliadas aos bons serviços prestados, a praticidade e a comodidade proporcionadas aos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários – ter tempo adequado para refeições em um ambiente agradável – são fatores que provam a importância do restaurante para o Tribunal.



Assejufe

Nova Diretoria assume com proposta de mudanças



A Associação dos Servidores da Justiça Federal – Assejufe –, criada em 1997, empossou seus nove membros no dia 09/12/2003, eleitos com 118 votos, juntamente com o Conselho Fiscal, que obteve 112 votos, nas últimas eleições realizadas no mês de novembro passado.

Com a maioria dos membros pertencentes à gestão anterior, a Diretoria assume os trabalhos por mais dois anos com o compromisso de melhorar os serviços oferecidos pela associação e incrementar as realizações no Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe. A chapa única candidatou-se à eleição empunhando a bandeira da “Competência e do Trabalho”.

Nos próximos dois anos, o grupo pretende investir na modernização do parque infantil com a aquisição de novos brinquedos e restauração dos já existentes, além da manutenção periódica e da troca da areia, o que irá garantir mais tranquilidade aos associados no tocante à saúde de seus dependentes.

Ainda, preocupada com o associa-

do infantil e adolescente, a nova Diretoria está desenvolvendo um projeto para criação de um setor de jogos destinado exclusivamente a essa clientela. A idéia é construir um salão onde a criançada possa desenvolver atividades típicas de sua faixa etária, como tênis de mesa, jogos eletrônicos e outras atividades lúdicas em ambiente próprio e compatível, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma das principais reivindicações dos associados foram prioritariamente atendidas pela Diretoria: a reforma da sauna a vapor. As obras tiveram início no final de dezembro passado, imediatamente após a posse do novo Grupo, e já estão devidamente conclusas.

O salão de festas também receberá atenção redobrada da nova gestão. Uma reforma está prevista, incluindo-se a construção de uma cozinha devidamente aparelhada com capacidade para dar suporte a todas as realizações e festas da Assejufe e dos associados.

Outra questão importante, a da revisão do Estatuto da Associação, está na pauta de prioridades da Diretoria.

Uma comissão de estudos, formada por membros da Diretoria e pelo sócio-fundador, José Maria de Andrade, já está elaborando um anteprojeto para avaliação da Diretoria. O texto aprovado será divulgado para todos os interessados em apresentar emendas e, posteriormente, colocado em votação em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

Confira a programação da Assejufe para o ano de 2004

- Festa do Dia das Mães e reinauguração do salão (maio)
- Festa Junina (26/06)
- Festa do Dia dos Pais (21 ou 28/08)
- Festa do Dia das Crianças (12/10)
- Festa do Final de Ano (03 ou 10/12)



Você sabia que...

- ▶ A Assejufe tem poder para representar os interesses dos seus associados perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e demais órgãos das administrações pública e privada?
- ▶ É um dos objetivos da Assejufe prestar a seus associados e dependentes, de forma direta ou complementar, assistência recreativa, cultural, esportiva, social, à saúde, educacional e jurídica?
- ▶ Que promover a divulgação das atividades dos associados, quando envolverem assuntos de interesse geral, também é meta da Associação?
- ▶ Que promover e estimular ações ligadas ao desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do País, notadamente na área jurídica contribuindo no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, é objetivo da Assejufe?

Reforma do Judiciário ganha prioridade no Congresso



Os principais pontos

SÚMULA VINCULANTE

O texto do Senado adota as súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). AS decisões tomadas por pelo menos dois terços dos membros dos três tribunais devem ser obrigatoriamente seguidas pelos juízes de instâncias inferiores.

CONTROLE EXTERNO DO JUDICIÁRIO

A proposta prevê a criação do Conselho Nacional de Justiça, formado, em sua maioria, por membros do próprio Poder. Entre as funções do conselho está a de controlar a atuação administrativa, financeira e funcional dos juízes.

COMPOSIÇÃO DO STF

Pela redação adotada no Senado, não poderão ser membros do STF as pessoas que, nos três anos anteriores à indicação, tenham exercido mandato eletivo, como o de senador e presidente da República, ou que tenham parentesco até segundo grau com pessoas que exerçam mandatos eletivos.

ACESSO A JUSTIÇA

A proposta do Senado permite que os tribunais federais e estaduais criem a “Justiça itinerante”, para realizar audiências em locais distintos, como escolas públicas e associações comunitárias, e não apenas nos fóruns. O objetivo é ampliar o acesso da população à Justiça.

INGRESSO NA CARREIRA

Experiência mínima de cinco anos para que o bacharel em Direito possa concorrer à carreira de juiz por meio de concurso público.

PROMOÇÃO DOS JUÍZES

Atualmente o critério é o de merecimento. A proposta do Senado prevê a adoção de critérios objetivos de produtividade e presteza do juiz.

CONTRATAÇÃO DE PARENTES DOS JUÍZES

Veda a nomeação ou designação de cônjuge, de parente até segundo grau e de companheiro, para cargos e funções comissionadas.

FORO ESPECIAL

A Pec em discussão no Senado apenas concede foro especial às autoridades enquanto elas estiverem no exercício do cargo/função.

QUARENTENA

Uma vez aposentado, o juiz não poderá exercer a advocacia por três anos, em qualquer tribunal. A proposta que veio da Câmara impedia o exercício no tribunal onde ele tivesse trabalhado, mas os senadores estenderam a quarentena para qualquer foro.

FEDERALIZAÇÃO DE CRIMES

A Reforma do Judiciário também pode transformar em federais os crimes contra os direitos humanos. Se aprovada esta proposta, a Justiça Federal passará a ser responsável pelo julgamento de todas as causas envolvendo ofensa aos direitos do homem.

O LEILÃO

José Geraldo Tavares*

Belo Horizonte, ao final da década de 1940, era uma cidade ainda pacata, com uma população muito menor do que a atual. Contava pouco mais de quarenta anos e era considerada uma cidade de burocratas, por ser a sede do governo de Minas Gerais, com um parque industrial ainda incipiente. Era uma cidade cuja maior força produtiva era exatamente os funcionários do Estado. Contudo, o seu comércio já se apresentava bastante desenvolvido, principalmente por causa do grande número de pessoas que para lá se dirigiam, vindos das cidades do interior. Alguns, em busca de seus ares de montanha, clima temperado e seco, recomendado para tuberculosos; outros, para percorrer os sinuosos caminhos da burocracia estadual. Naquele tempo, as pessoas se conheciam e se cumprimentavam, principalmente nos bairros. Ainda havia os bondes percorrendo a sua principal avenida, a Afonso Pena, e subindo e descendo a Rua da Bahia, além de outros locais. O Cinema Brasil era uma das principais salas de espetáculos da cidade e ficava bem no centro, na Praça Sete. Os

times de futebol eram os mesmos que ainda geram discussões e despertam paixões em seus fanáticos torcedores. Mas não havia ainda o *Mineirão*, que somente em 1965 foi inaugurado e, a partir de então, o futebol mineiro alçou vôos mais altos, transformando-se em uma força reconhecida em todo o Brasil. Os clássicos eram disputados nos estádios dos clubes – com pequena lotação se considerarmos os números atuais –, mas que na época eram verdadeiras multidões. E, claro, não havia a violência que hoje observamos. A paixão pelos clubes provocava infundáveis discussões na porta do Café Pérola, na Praça Sete, um dos mais tradicionais pontos de encontro da cidade. A Pampulha, construída pelo então prefeito Juscelino Kubsticheck de Oliveira, era o principal ponto de atração da cidade, com a Casa do Baile e a igreja de São Francisco de Assis, verdadeiros marcos da arquitetura brasileira. Era neste ambiente que vivia e fingia trabalhar em uma repartição da Prefeitura, o Barbosinha. Era um sujeito baixo, gordinho e que cultivava um bigode bem fininho que vivia a alisar, utilizando-se dos dedos indicadores. Seu nome era Manoel Barbosa Leite, mas por sua baixa estatura era tratado por todos como Barbosinha. Vivia a fugir do trabalho, arranjando sempre uma desculpa para estar na rua. Ali, praticava o jogo de palito, valendo um cafezinho do Café Pérola, discutia futebol (era um fanático torcedor do América Futebol Clube) e estava sempre a falar mal da vida alheia, principalmente dos políticos, mesmo reconhecendo que devia o seu emprego a um deles. Tudo isso durante a semana, pois aos domingos, ele agitava tudo e a todos no campo do América, por ocasião dos jogos. Não foram raras as vezes em que chegava em casa com um olho roxo, o que obrigava a sua mulher a colocar rodelas de batata para retirar as manchas que denunciavam as suas brigas onde ele sempre levava a pior. Contudo, o que mais o irritava eram as brincadeiras dos colegas de trabalho na segunda-feira. Esta era a vida de Barbosinha, o nosso dedicado personagem. Até que um dia, para fugir dos cobradores que sempre o

procuravam na repartição, saiu para a rua, sem destino certo. Chegando na rua da Bahia, esquina com a Avenida Afonso Pena, em frente a um prédio, cuja aparência indicava ser uma construção do início do século, avistou uma pequena multidão que observava um sujeito alfofadinha que falava alto, sem parar, e que ficava batendo no teto de um automóvel. Era um Chevrolet, ano de 1946, muito bem conservado, polido, e parecendo em muito bom estado de conservação. Em dia com a moda, os seus pneus eram brancos na parte externa, os chamados pneus *banda branca*. Até rádio ele tinha. Há muito Barbosinha vinha sonhando com um carro e viu ali a possibilidade de conseguir o sonhado carro a um preço módico, quem sabe. Meteu-se no meio do povo e logo estava frente a frente com o leiloeiro. Observava que o homem falava e anunciava a última oferta sempre batendo no teto do carro. Havia entre os curiosos, um senhor alto, magro, de guarda-chuva pendurado no braço e que usava um chapéu preto combinando com a sua roupa também toda preta. Agora o senhor

do guarda-chuva oferecia dois mil e quinhentos, e Barbosinha decidiu que poderia chegar até aos cinco mil cruzeiros facilmente. O que Barbosinha ignorava era que o homem de preto era apenas uma isca e que servia tão-somente para elevar o preço até um determinado ponto, ou seja, o mais alto possível. No momento oportuno ele se esquivaria; e a vítima, no caso, Barbosinha, ficaria sozinha no lance e se veria na obrigação de arrematar a mercadoria objeto do leilão. Naquela hora, apenas um pensamento lhe ocorreu: – como pagaria o carro? Ele pensou: – este será um problema que resolverei quando chegar a hora. A disputa foi iniciada. Desistiram dois senhores bem-vestidos, de terno, e ambos portando pastas, causando a impressão de serem gente endinheirada. Mas Barbosinha pensou: – nem te ligo! Esta era uma gíria da época e que ele usava sempre. O homem de preto disse: – dois e meio! Barbosinha retruca: – três! E assim o tempo foi passando e, uma hora depois, o oponente ofereceu: – seis e novecentos! E Barbosinha triunfante: – sete! Nessa hora, o leiloeiro mais que depressa anuncia: dou-lhe uma..., dou-lhe duas..., dou-lhe três! Em seguida, colocou a mão no ombro de Barbosinha e disse solenemente: – vendido para este nosso amigo aqui! Parabéns! O senhor acaba de adquirir um ótimo edifício! Reformado, poderá lhe render bons lucros. Foi aí que o nosso amigo sentiu um frio a percorrer-lhe a espinha. – Que prédio que nada, disse. Estamos falando deste carro! – Não senhor. O leilão era deste lindo prédio aqui. E não falávamos de mil, mas sim de milhões de cruzeiros. Sinto muito, diz Barbosinha, já completamente pálido: Eu me enganei! Levou uma surra, e saiu correndo com a multidão em seu encalço. Depois de correr e apañar por um quarteirão inteiro, entrou assustado na repartição, todo sujo, amarrotado e com os olhos esbugalhados. Quando lhe perguntaram sobre o ocorrido, disse: – Foi um grande equívoco, pessoal! Daquele dia em diante, passou a ser chamado por todos de... equívocado...



do guarda-chuva oferecia dois mil e quinhentos, e Barbosinha decidiu que poderia chegar até aos cinco mil cruzeiros facilmente. O que Barbosinha ignorava era que o homem de preto era apenas uma isca e que servia tão-somente para elevar o preço até um determinado ponto, ou seja, o mais alto possível. No momento oportuno ele se esquivaria; e a vítima, no caso, Barbosinha, ficaria sozinha no lance e se veria na obrigação de arrematar a mercadoria objeto do leilão. Naquela hora, apenas um pensamento lhe ocorreu: – como pagaria o carro? Ele pensou: – este será um problema que resolverei quando chegar a hora. A disputa foi iniciada. Desistiram dois senhores bem-vestidos, de terno, e ambos portando pastas, causando a impressão de serem gente endinheirada. Mas Barbosinha pensou: – nem te ligo! Esta era uma gíria da época e que ele usava sempre. O homem de preto disse: – dois e meio! Barbosinha retruca: – três! E assim o tempo foi passando e, uma hora depois, o oponente ofereceu: – seis e novecentos! E Barbosinha triunfante: – sete! Nessa hora, o leiloeiro mais que depressa anuncia: dou-lhe uma..., dou-lhe duas..., dou-lhe três! Em seguida, colocou a mão no ombro de Barbosinha e disse solenemente: – vendido para este nosso amigo aqui! Parabéns! O senhor acaba de adquirir um ótimo edifício! Reformado, poderá lhe render bons lucros. Foi aí que o nosso amigo sentiu um frio a percorrer-lhe a espinha. – Que prédio que nada, disse. Estamos falando deste carro! – Não senhor. O leilão era deste lindo prédio aqui. E não falávamos de mil, mas sim de milhões de cruzeiros. Sinto muito, diz Barbosinha, já completamente pálido: Eu me enganei! Levou uma surra, e saiu correndo com a multidão em seu encalço. Depois de correr e apañar por um quarteirão inteiro, entrou assustado na repartição, todo sujo, amarrotado e com os olhos esbugalhados. Quando lhe perguntaram sobre o ocorrido, disse: – Foi um grande equívoco, pessoal! Daquele dia em diante, passou a ser chamado por todos de... equívocado...

* Servidor da Subseção de Juiz de Fora/MG

Primeira Região inaugura novas varas federais destinadas a juizados especiais

Mesmo funcionando desde o primeiro semestre de dois mil e dois, somente a partir de agora os Juizados Especiais Federais da Primeira Região recebem, gradativamente, varas especializadas com estrutura e quadros próprios. Isso porque a lei 10.772/2003, que autorizou a criação de 59 varas federais na Primeira Região, autorizou a instalação de dezessete para os juizados. A resolução Presi/600-018, de 16.12.2003, também representou um importante esforço no sentido de dotar os conhecidos “JEFs” de estrutura que comporte a crescente e volumosa demanda. Conforme a resolução, as 17 varas de juizados especiais federais vão ser distribuídas entre as cidades de Rio Branco, Macapá, Manaus, Salvador (duas), Brasília (duas), Goiânia, São Luís, Cuiabá, Belo Horizonte (três), Belém, Piauí, Porto Velho e Boa Vista. A intenção do Presidente Catão Alves é instalar todas essas varas até abril deste ano.

Maranhão recebe primeira vara de juizado especial federal

São Luís foi a primeira cidade da Primeira Região a receber oficialmente uma das dezessete varas federais de juizados especiais. A 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão foi

melhorias no atendimento e agilidade no andamento processual.

O Presidente Catão Alves explicou que o Maranhão foi escolhido para ser sede da primeira vara de juizado por

Alberto Vieira da Silva.

A nova Vara de Juizado Federal do Maranhão nasce com a importante missão de julgar os mais de vinte e três mil processos que já tramitam na Seccional Maranhense. Em sua maioria, são processos previdenciários de pessoas que visam garantir na Justiça uma aposentadoria ou benefícios de até sessenta salários-mínimos. Para se ter uma idéia, no ano passado, o Juizado Federal do Maranhão recebeu mais de quatorze mil processos, proferiu 6.388 sentenças e realizou mais de 2.200 acordos e, só no mês de janeiro deste ano, recebeu mais de oito mil novos processos. O Presidente Catão Alves acredita que a implantação da nova Vara pode desafogar a Justiça Federal no estado. “Temos a consolidação definitiva dos Juizados Especiais Federais, que contam, a partir de agora, com varas, servidores e juízes próprios, enfim, com toda uma estrutura adequada para atender a demanda e o desejo de justiça dos menos favorecidos”, resumiu. O Coordenador dos Juizados Federais na Primeira Região, Ítalo Fioravanti, também concorda com a afirmação de que haverá mais agilidade no atendimento e na tramitação dos processos dos Juizados. “Com a nova Vara, sem dúvida, vamos ter o aperfeiçoamento dessa atividade que é prestar a justiça”, concluiu.



Presidente Catão Alves (centro) celebra a instalação da 1ª vara de juizado especial federal na Seção Judiciária do Maranhão. A ocasião reuniu representantes dos Três Poderes

inaugurada no dia 6 de fevereiro e vai contar com três juízes federais e 14 funcionários já nomeados, o que, segundo a Diretora do Foro, Rosimayre Gonçalves de Carvalho, propiciará

dois motivos: primeiro, porque já possui uma boa estrutura para receber a nova vara; segundo, pela intenção de homenagear o primeiro e “eterno” Presidente do Tribunal, o maranhense

Reforma do Judiciário em discussão

A Reforma do Judiciário foi tema do discurso do Presidente do TRF da 1ª Região nas solenidades de instalação das varas destinadas a juizados especiais. Segundo o presidente, as mudanças no Judiciário devem ocorrer no triplice aspecto: estrutural, legislativa e de mentalidade.

Estrutural, para fornecer ao Judiciário, condições materiais de desenvolver suas atividades com celeridade; legislativa, para que os processos não se eternizem na Justiça; e de mentalidade, para que os juizes se conscientizem de que são servidores públicos como os demais.

O Desembargador explicou que a reforma estrutural é a única que tem sido feita na tentativa de solucionar os problemas do Judiciário. “Todavia, a reforma estrutural isolada não tem alcançado os fins colimados porque, como asserido, não prescinde das demais simultaneamente”, explicou o Desembargador.

O exemplo disso seria a tentativa de modificar a estrutura do Judiciário em 1988, com a criação do Superior Tribunal de Justiça e de cinco tribunais regionais federais, com o objetivo de solucionar a demora e o acúmulo de processos no Supremo Tribunal Federal de Recursos. Porém, segundo o Presidente Catão Alves, a medida não resolveu o problema: “Verifica-se, portanto, que a modificação estrutural (...) trouxe apenas despesas, sem solucionar o problema para o qual fora efetivada. E assim será sempre que, isoladamente, apenas estruturalmente se procurar reformar o Judiciário”, afirmou o Presidente.

Diante disso, o Presidente do Tribunal explicou em seu discurso que a mudança que se pretende fazer agora no Judiciário no momento, ainda estrutural, também não dará resultados. Para ele, o controle externo que almejam fazer do Judiciário não vai tornar a Justiça mais moderna, ágil e eficiente.

Dessa forma, o magistrado propõe uma reflexão sobre a verdadeira refor-

ma do Judiciário nesses três aspectos: estrutural, legislativo e de mentalidade.

É nesse contexto que se insere a instalação das novas varas de juizados especiais nos estados da 1ª Região. Segundo o Presidente Catão Alves, a criação dos Juizados representa o início de uma real mudança na Justiça brasileira nos três aspectos: estrutural, por ter procurado criar juizados exclusivos. Legislativa, por ter havido modificação na legislação para acelerar o andamento dos processos que, nos JEFs, é dividido em duas etapas: conciliação e julgamento. De mentalidade, já que não foi imposto aos magistrados o exercício dos juizes federais nos juizados. “Foram destinados somente aqueles que se identificaram, mostrando interesse real no sucesso dos JEFs”, disse o Presidente.

No Maranhão, na instalação da Vara Federal de Juizado Especial, o Senador Edison Lobão também falou sobre a Reforma e posicionou-se contra a criação de um controle do Judiciário. “O Poder Judiciário já é submetido a diferentes controles: os ministros dos tribunais superiores são indicados em listas triplices, escolhidos pelo Presidente da República e sabatinados pelos senadores”, resumiu.

O Diretor da Seção Judiciária do Distrito Federal Flávio Dino, na instalação da Vara no DF, disse que não há caminho mais evidente e mais simples para uma reforma processual do que os Juizados. “Os Juizados não são uma promessa, eles representam a concretização daquilo que é impossível: um sistema processual célere, com índices de recurso de mérito baixíssimo”, afirmou.

Para o Juiz, uma medida como ampliar de sessenta para cem salários-mínimos a alçada dos Juizados Especiais já seria suficiente para se instaurar uma reforma processual como se pretende fazer, que seria capaz de prestigiar, ao mesmo tempo, os juizados, as varas comuns e os tribunais de apelação.

Piauí e Pará comemoram instalação de novas varas

Depois do Maranhão, o Piauí foi o segundo estado a receber uma vara que abrigará o Juizado Especial. Inaugurada no dia 13 de fevereiro, a 6ª Vara vai contar com estrutura e quadro próprios. Segundo o Coordenador do Juizado Especial Federal no Estado do Piauí, Márcio Braga Magalhães, a nova Vara vai possibilitar mais rapidez no andamento dos processos, melhorando, assim, o atendimento ao jurisdicionado.

Dois juizes e seis servidores já empossados vão trabalhar no atendimento de mais de 15 mil processos, o que representa 40% de todas as ações da Justiça Federal que tramitam no Estado. A maior demanda ocorre em relação aos previdenciários, que, principalmente em novembro, teve um aumento significativo, quando os aposentados de todo o Brasil recorreram aos Juizados Especiais para terem direito às revisões dos seus benefícios.

O Presidente do TRF, Desembargador Federal Catão Alves, afirmou que a instalação da nova Vara significa uma grande vitória da Justiça

Federal: “O Juizado Especial Federal aqui no Piauí acaba de ganhar independência e maioria”, disse o Presidente.

No Pará, a instalação da 8ª vara especializada no JEF também vai resultar em melhorias ao cidadão. Para o Diretor do Foro, Rubens Rollo, com o passar dos anos, a Justiça Federal de-

mito da elitização acabou. Agora os menos favorecidos que não se sentiam à vontade para procurar a Justiça estão recorrendo aos Juizados para resolverem suas causas”, afirmou o Diretor.

No Juizado Especial do Pará, as ações de maior demanda são as de serviço público, 60% do total, seguidas das previdenciárias, 36%. A distribuição dos 32 mil processos que tramitam no JEF do Estado seguirá o mesmo procedimento que vinha sendo adotado. Porém, os três juizes que compõem o Juizado vão contar agora com uma assessoria, o que vai tornar mais rápido e eficaz o atendimento.



As seccionais do Piauí (acima) e do Pará inauguram novas varas especializadas dos JEFs

monstrou ser a Justiça de todos: “Não existe mais aquela idéia de a Justiça Federal ser apenas para os mais ricos. O



Goiás e DF também recebem varas de JEF

Goiás foi o quinto estado da 1ª Região a receber uma vara especializada em Juizado Especial Federal. Com a instalação da 13ª Vara, os cidadãos que procuram o JEF vão poder contar com um atendimento mais rápido e eficaz. Quatro salas de audiência vão funcionar em tempo integral acelerando o andamento dos processos, além de juízes e servidores que vão cuidar de cerca de 22 mil processos que tramitam no Juizado Especial do Estado de Goiás.

O Diretor da Seção Judiciária Leonardo Buisa Freitas comparou a instalação da 13ª Vara ao fim de uma tempestade que acabou com um dia de sol. “Quando os JEFs foram criados não tínhamos estrutura; servidores de outros setores foram cedidos, mas o que tinha tudo para dar errado, deu certo. A tempestade que se instaurou no início acabou, mas muitos processos ainda virão e este dia de muita alegria e júbilo será também de muito trabalho”, afirmou o Diretor.

O Deputado Federal Vilmar Rocha disse que o momento é um passo importante para a melhoria da Justiça Federal de Goiás e que a maior beneficiada será a população. O governador do estado de Goiás, Marconi Pirillo, também concorda com a afirmação de que o sistema jurisdicional só tem a melhorar com instalação da nova Vara. Afirmou ainda que a ação dos JEFs contempla os mais desfavorecidos e que Goiás recebe com satisfação mais esse braço da Justiça.

No Distrito Federal a instalação da 23ª e da 24ª Vara também foi uma vitória



Seção Judiciária de Goiás garante mais celeridade na prestação jurisdicional com a implantação da 13ª Vara



Presidente Catão Alves (dir.) descerra a placa de inauguração das duas novas varas do Juizado Especial Federal na SJDF

para o Juizado Especial. De acordo com o coordenador do JEF no DF, o momento marca a terceira vitória do Juizado: “A primeira foi a criação dos Juizados e a conquista de um espaço físico para poder atender à população; a segunda foi a virtualização dos processos, tornando ainda mais ágil o andamento das ações; e agora, a instalação das Varas que contarão com estrutura própria”, afirmou o Coordenador.

O Diretor da Seção Judiciária do Distrito Federal disse que os JEFs são a Justiça simplificada, verbal e de resultados que está cada vez mais engajada em atender milhares de pessoas que, antes, não tinham coragem de procurar a Justiça.

Macapá inaugura 3ª Vara Federal

O Presidente Catão Alves e o Coordenador dos JEFs na 1ª Região, Ítalo Mendes, participaram, no dia 20 de fevereiro, da inauguração da 3ª Vara Federal na Seção Judiciária do Amapá. A nova Vara será destinada ao Juizado Especial Federal do estado. Autoridades locais dos poderes executivo, legislativo e judiciário prestigiaram o evento.

O Diretor do Foro da Seccional Amapaense, José Magno Linhares, foi o primeiro a discursar. Satisfeito, ele afirmou aos presentes que ainda é possível festejar a vitória da sociedade contra o descaso e a omissão do Poder Público. Em seguida, agradeceu ao Presidente Catão Alves ter lutado pela aprovação das novas Varas e apoiado constantemente a Seção Judiciária do Amapá. Também elogiou a atuação do Desembargador Ítalo Mendes na condução dos JEFs “ Sua conhecida simplicidade aliada à sabedoria pavimentarão o sucesso dos Juizados”, resumiu.

O Coordenador do JEF local, Juiz Federal Arthur Chaves, fez um discurso lembrando que o acesso à justiça é requisito fundamental do direito moderno. “O Juizado Especial Federal vem dar concretude a isso”, resumiu.

Em seu discurso, o Coordenador dos JEFs, Ítalo Mendes, afirmou que a terceira vara do Amapá se destina àqueles que já não têm porta para bater, voz para gritar e lágrimas para chorar. Afirmou, em seguida, que os Juizes dos JEFs estarão sempre prontos a amparar, pois, no Brasil, não há só juizes das

más manchetes, mas há também os que, no silêncio do trabalho ou no alvoroço das audiências, zelam pelos interesses da sociedade.

O Presidente Catão Alves aproveitou o momento para tecer algumas considerações sobre a Reforma do Judiciário e encerrou seu discurso dizendo que a instalação das novas Varas de JEFs é apenas o começo “Não ficaremos só nisso. Lutaremos para conseguir mais Varas para levá-las também às Subseções Judiciárias”, revelou.

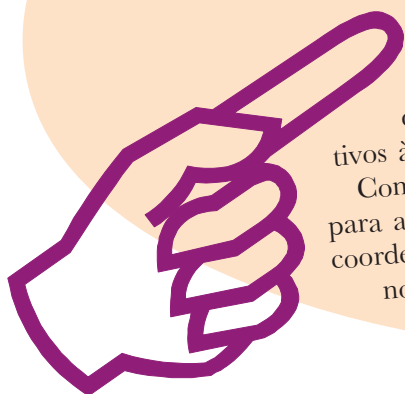


Na Seccional do Amapá, autoridades participam da solenidade de instalação da 3ª Vara do JEF

Curiosidade

O JEF do Amapá tem uma peculiaridade: dos quase 10.000 processos que tramitam no local, mais de 9.000 são da classe “servidores públicos”. Isso porque, até 1988, o Amapá era um território formado basicamente por servidores públicos. A partir da nova Constituição, o território foi transformado em estado, mas ficou estabelecido no Art. 14, § 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que todos os funcionários públicos da época, mesmo os territoriais, que trabalhavam em Secretarias, prefeitura etc, receberiam seus proventos pelos cofres da União. O que acontece, ainda hoje, é que o funcionário público antigo que trabalha para o governo local, quando quer reivindicar reajustes e diferenças salariais, não entra com uma ação na Justiça Estadual, mas na Justiça Federal; o que, conseqüentemente, acarreta o aumento do número de processos no local relativos à classe “servidores públicos”.

Com a inauguração de uma vara, com quadro de juizes e de servidores próprio, para atender somente a processos dos Juizados, o Juiz Federal Arthur Chaves, coordenador dos Juizados no local, acredita que haverá mais celeridade no julgamento dos processos.





Juizados Especiais Federais

Juizados Federais Itinerantes

Os Juizados Federais itinerantes continuam levando cidadania às regiões onde é difícil o acesso da população à justiça. Confira alguns deles:

Rondonópolis/MT

O Presidente Catão Alves e o Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, Coordenador dos JEFs, estiveram em Rondonópolis/MT para a abertura de mais um Juizado Federal Itinerante. Previsto para atender até o dia 5, o JEF foi prorrogado para o dia 10 devido à grande demanda.

Também estiveram no evento os Juizes Federais da Seccional, Julier Sebastião da Silva, Lélis Gonçalves e Gustavo Moreira Mazzilli.

Participaram do Juizado, 17 servidores (13 atermadores e quatro de apoio administrativo) e o Juiz Federal Substituto Dr. Warney Paulo Nery Araújo.

A Secretaria de Ação Social de Rondonópolis também colaborou para a realização do evento, que resultou em 2.523 pessoas atendidas, 2.100 atermações realizadas e duas decisões de tutela antecipada proferidas.

Silves/AM

Projeto “Justiça sobre as águas”

Durante 46 dias, o barco PAI – Prono Atendimento Itinerante – esteve na calha do Baixo Amazonas, realizando o segundo JEF. O evento contou com a colaboração do Governo do Estado do Amazonas.

Participaram da abertura do

Itinerante, realizada no Município de Silves, o Ministro Ari Pargendler, Coordenador-Geral dos JEFs; o Juiz Federal Dimis da Costa Braga, Coordenador do JEF no Amazonas; o Prefeito e os vereadores de Silves; e servidores da Justiça Federal.

De 2 de novembro a 17 de dezembro foram realizadas 232 atermações. Entre elas, 102 sobre aposentadoria por idade, 42 sobre auxílio doença, uma sobre auxílio reclusão, 12 sobre LOAS, nove sobre pensão em razão de morte de cônjuge, quatro sobre pensão por morte a dependente designado, uma sobre restauração de benefício suspenso, uma sobre revisão de benefício previdenciário e 52 sobre salário-maternidade.

No dia 18 de dezembro, o barco PAI retornou a Manaus, após quase dois meses percorrendo a calha do Baixo Amazonas, levando cidadania às comunidades.

Benjamin Constant/AM

O JEF Itinerante, realizado no período de 07 a 22 de outubro de 2003, em Benjamin Constant/AM, aconteceu com o intuito de realizar 702 audiências designadas em ações ajuizadas por cidadão daquele município e de outros, como: Tabatinga, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá,

Amaturá, Tocantins e Fonte Boa, em face da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da União Federal, tendo por objeto, na sua maioria, causas de indenização por danos morais e materiais, sob alegação de terem sido os habitantes expulsos da região do Vale do Rio Javari, por ter sido reconhecida como terra indígena.

Também foram realizadas atermações, totalizando 347 ações novas, cujas audiências de conciliação e instrução aconteceram no dia 19 de outubro, domingo, atingindo-se um número de 184 audiências.

Na realização do juizado, trabalharam os Juizes Federais Dimis da Costa Braga, Coordenador do JEF no Estado do Amazonas; Bruno Christiano Cardoso e Geneviève Orsi Grossi, ambos atuantes no JEF/AM; Raquel Soares Chiarelli, da 2ª Vara/SJAM; e Bruno Oliveira, da 3ª Vara/SJAM.

O total de audiências de conciliação, de instrução e de instrução e julgamento realizadas pelos cinco juizes atingiu o número de 1.798 durante os 15 dias de atuação do JEF Itinerante no Estado.

Na ocasião, foram obtidos 42 acordos, ocasionando a prolação de sentenças homologatórias de transação, e 30 decisões interlocutórias, incluindo nestas as concessivas de medidas cautelares, que totalizaram o número de 12 decisões.

Também foram realizados, em dezembro, os seguintes JEFs itinerantes:

ATERMAÇÕES

- **Comunidade da Cametá do Ramos/AM - 1º e 02**
- **Boa Vista do Ramos/AM - 03 a 06**
- **Comunidade de Itapeaçú/AM - 08**
- **Urucurituba/AM - 09 a 12**

Esses Juizados ocorreram a bordo do barco PAI, dentro do Projeto “Justiça sobre as águas”.

AUDIÊNCIAS

- **Santa Inês/MA - de 03 a 05 e de 09 a 12 de dezembro**
- **Normandia/RR - 12 e 13 de dezembro.**



Manual do Executor de Contratos orienta profissionais da área

O lançamento do Manual do Executor de Contratos teve a presença de vários gestores do Tribunal. Elaborado por uma equipe formada por servidores da Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos do TRF, o Manual tem o objetivo de auxiliar os responsáveis pela execução de contratos firmados pelo Tribunal com empresas que prestam serviços terceirizados. De acordo com a lei 8.666/93, todos os contratos administrativos devem ser fiscalizados e acompanhados por um representante, sendo permitida a contratação de terceiros para subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Com isso, observou-se que, quando a solicitação de determinado serviço não é feita de forma adequada, são inevitáveis os prejuízos operacionais, administrativos e no orçamento do Tribunal. Segundo a Diretora do Setor de Elaboração e Acompanhamento de Contratos do TRF, Neuza Maria Gomes, muitos executores estão pela primeira vez tendo que planejar um contrato e não sabem ao certo como fazê-lo: “Por nunca terem sido gestores e, por consequência, não possuírem experiência sobre o assunto, muitas vezes o projeto que foi feito pelos executores acaba voltando por não está da maneira que realmente deve ser”, explicou a Diretora.

Sem pretender esgotar o assunto, o Manual aborda pontos importantes sobre o projeto básico, acompanhamento das avenças, conferências de notas fiscais, aplicação de penalidades, entre outros.

Para que serve o projeto básico?

Antes da elaboração de um contrato administrativo, deve-se fazer a solicitação, com a devida justificativa, de aquisição de bem, de realização de obra, de locação ou de qualquer serviço que envolva terceiros, de forma clara e objetiva, pois isso será imprescindível para a adequação do futuro contrato à satisfação do interesse da Administração. Por isso, é importante que seja incumbido dessa tarefa servidor que conheça bem o objeto do pedido.

Porém, quando o dirigente não possui os conhecimentos técnicos suficientes para elaborar um pedido, é conveniente que ele busque suporte no mercado, como o auxílio de representantes e fornecedores. Mas existem casos mais complexos, em que é necessária a contratação de um especialista. A idéia é evitar que o desconhecimento e a insegurança prejudiquem a formulação do pedido, comprometendo, assim, a eficácia de uma contratação.

Na Administração Pública, elaborar um pedido exige responsabilidade. Segundo a lei 8.666/93, as contratações devem ser realizadas com terceiros por meio de prévio procedimento licitatório, salvo algumas exceções. Nesse processo, a regra é respeitar um dos princípios constitucionais, o da isonomia, em que haverá a participação de interessados para que a melhor proposta, isto é, a mais vantajosa seja selecionada.

Para licitações de obras e serviços, por exemplo, o primeiro passo é formular um projeto básico, que deve ser aprovado pela autoridade competente.

Esse documento deve ser elaborado pela unidade interessada de maneira bem detalhada, passo a passo, e com as necessidades do serviço motivadas. O importante é que o Projeto Básico seja bem planejado para evitar o descontrole orçamentário e, por consequência, a má gestão pública.

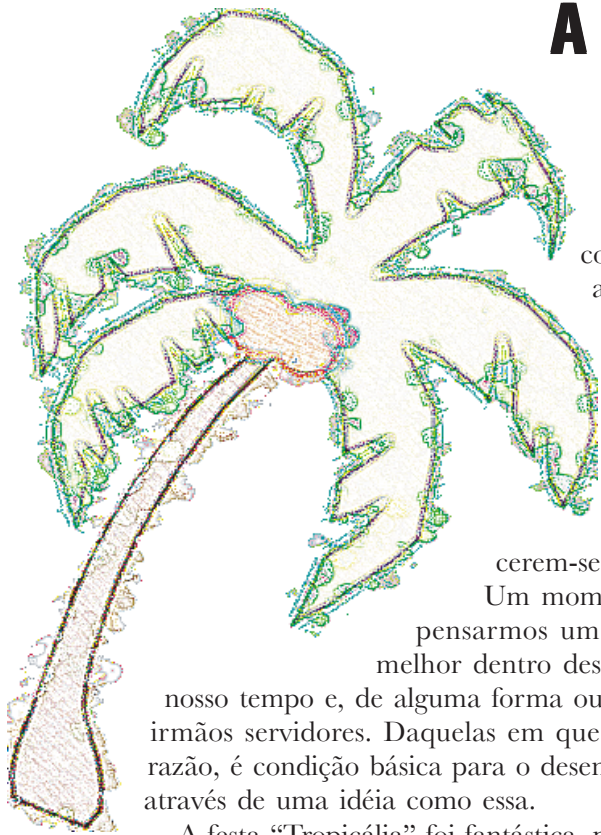
Como o assunto é bastante complexo e gera muitas dúvidas, o Setor de Elaboração e Acompanhamento de Contratos sugere um seminário para continuar a discussão do tema. Para a Diretora Neuza Maria Gomes, a troca de experiências entre os servidores também é essencial para a obtenção de resultados positivos.





Na Minha Opinião

A Festa de Final de Ano



Imagine você ao entrar em um órgão público e encontrar balões, coqueiros artificiais, música, uma verdadeira festa. Dando mais brilho ao colorido, encontramos as pessoas, aquelas que trabalham e que traduzem na sua existência o motivo da alegria.

Bem, isso aconteceu na confraternização de final de ano no Tribunal Regional Federal. Foram tantas as surpresas, que ficou difícil imaginar que estávamos em um órgão público. Tendas, bebidas, frutas e muita gente circulando animada. Ali, no calor tropical, não existia trabalho, nem julgamentos e nem processos. Só o que havia era integração e a oportunidade de magistrados e servidores conhecerem-se melhor, num clima descontraído e bem jovial.

Um momento raro que deveria ocorrer mais vezes. Parece exagero. Bem, se pensarmos um pouco, talvez não, pois essa é uma forma de nos comunicarmos melhor dentro dessa instituição. É aqui que passamos praticamente a maior parte de nosso tempo e, de alguma forma ou de outra, grande parte de nossas vidas. Sim, somos uma família de irmãos servidores. Daquelas em que seus membros convivem uns com os outros no dia-a-dia. Por esta razão, é condição básica para o desenvolvimento mútuo a participação e o convívio, que são incentivados através de uma idéia como essa.

A festa “Tropicália” foi fantástica, porque possibilitou uma aproximação maior, descontraída. É evidente que o trabalho é importante e que por si só já aproxima as pessoas, mas, com toda essa descontração, temos a certeza de que ficam bem mais integradas.

Carlos Rodrigues

Servidor da Assessoria de Comunicação Social

Mais segurança no Tribunal

Serão instaladas no Tribunal catracas e câmeras digitais. A Diseg informa que o novo sistema de segurança tem como objetivo garantir mais segurança às dependências da Casa, bem como aos magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários.

Com as catracas e as 10 câmeras digitais será mais fácil controlar o trânsito das pessoas que circulam diariamente pelo Tribunal, além da segurança dentro e fora, pois foram instaladas três câmeras no alto do Edifício-Sede, o que garante a vigilância do es-

tacionamento.

O monitoramento dos visitantes se dará com o auxílio de fotos digitais de quem entrar, que terá também seus dados pessoais cadastrados com o intuito de agilizar a identificação na próxima visita, bastando então a apresentação da RG. Os servidores utilizarão um cartão magnético, diariamente, no ato de entrar e sair dos prédios.

A princípio, o sistema passará a vigorar no Edifício-Sede e no Edifício Anexo-I, estendendo-se, depois, aos Edifícios Adriana e Dona Marta.



Suspensa a intervenção no SUS

O Distrito Federal continuará administrar seu sistema de saúde, de acordo com decisão do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias. A decisão, de 16 de fevereiro último, suspende, em termos práticos, intervenção da União na gerência do SUS, determinada em 10 de fevereiro pelo Juiz Federal da 8ª Vara da Seção Judiciária do DF. A decisão objetivou evitar transtorno à promoção, à proteção, à recuperação da saúde dos cidadãos e o respectivo funcionamento dos serviços. Apoiou-se igualmente no entendimento de que, salvo as exceções expressamente previstas no texto constitucional, a regra a prevalecer deve ser a de não-intervenção federal, haja vista o art. 46 da Lei Fundamental, que dispõe: “A União não intervirá nos Estados e no Distrito Federal...”, salvo, naturalmente, as referidas exceções.

A decisão do Desembargador Federal ponderou igualmente não ser permitido ao juiz, de ofício, alterar o pólo de atuação da parte ou de interveniente; assim, ao determinar que a União figurasse no pólo passivo da ação, contrariou o interesse da própria União de ser parte ativa da ação, o que condicionaria a competência da referida ação ao Supremo Tribunal Federal, pois caracterizaria conflito federativo.

SS 2004.01.00.004930-0/DF

Porto de Manaus volta às atividades

Foi expedida carta de ordem ao Juízo Federal da 2ª Vara de Manaus para que providenciasse a imediata desocupação da área do Porto de Manaus e reintegração das empresas arrendatárias em sua Administração, restabelecendo o *Status quo ante*, em cumprimento à decisão de 12 de fevereiro do Desembargador Federal Mário César Ribeiro, do TRF-1ª Região.

A decisão veio depois que o Superior Tribunal de Justiça, ao receber pedido para que solucionasse conflito de competência entre ações que tramitam nos juízos federal e estadual, entendeu que o juízo competente deveria ser a Justiça Federal.

Em seguida, diante da urgência por se encontrarem paralisadas as atividades portuárias e estar a área ocupada por policiais do governo, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves, designou o Desembargador Federal do TRF-1ª Região para resolver as medidas de urgência relativas à questão.

MS 2003.01.00.026782-4/DF





Seções Judiciárias

BA
BA**BAHIA**BA
BA

Presidente do TRF-1ª Região visita futuras instalações dos JEFs



Eduardo Queiroz

O Presidente do Tribunal esteve visitando, no dia 28 de janeiro, as obras que estão sendo realizadas para abrigar os novos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia. Acompanhavam o Presidente os magistrados Evandro Reimão dos Reis, Juiz Federal Diretor do Foro, Mônica Neves Aguiar da Silva, Juíza Federal da 12ª Vara, e Régis de Souza Araújo, Juiz Federal Substituto da 16ª Vara, que atua em função de auxílio no Juizado Especial Federal da Bahia.

Na oportunidade, ficou estabelecido que as novas Varas do Juizado serão instaladas no início de março.

Corregedor-Geral reúne-se com governador da Bahia

O Corregedor-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, acompanhado do Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Evandro Reimão dos Reis, esteve reunido, no dia 21 de janeiro, com o governador daquele estado, Paulo Souto, a fim de empreender tratativas para a efetivação da cessão de terreno no qual deverá ser edificada a futura sede dos Juizados Especiais Federais da Seccional.

Seccional realiza obras visando ao acesso de portadores de deficiência física

A Seção Judiciária da Bahia está executando contrato de serviços de engenharia, visando à adequação de acessibilidade dos edifícios sede e anexo a pessoas portadoras de deficiência física. A empresa Atual Engenharia, vencedora da licitação, realizará serviços em todos os andares do Fórum, adaptando toaletes, balcões de atendimento das Varas, entre outros. A obra, autorizada pelo Juiz Federal Diretor do Foro, por meio da Ordem de Serviço nº 001, de 5 de janeiro de 2004, tem prazo de conclusão de 90 dias e está sendo supervisionada pelo Núcleo de Administração de Serviços Gerais da Seccional.



Soloney Valois

GO
GO**GOIÁS**GO
GO

Pregão eletrônico

A Justiça Federal em Goiás, objetivando adquirir 15 *toners* originais para impressora Okidata 14E, realizou, no dia 15 de dezembro, sua 1ª licitação na modalidade pregão eletrônico. Nesse sistema, a licitação é realizada num ambiente virtual, com recursos da tecnologia de informação, através da rede mundial de computadores (*Internet*) e da utilização do programa criado e disponibilizado pelo Banco do Brasil.

Além da agilidade e transparência do procedimento – qualquer pessoa pode assistir à licitação pelo endereço www.licitacoes-e.com.br –, uma das grandes vantagens do pregão eletrônico é a oportunidade de participação de empresas de outros estados, o que ocasiona maior disputa de preços e aquisições de custo mais baixo.

Intervenção no Sus

Em resposta a ação ajuizada na 8ª Vara Federal do DF com pedido de intervenção no Sistema Único de Saúde do DF (Sus) e de afastamento preventivo do Secretário de Saúde do DF e cargos comissionados, o Juiz Federal Substituto Márcio Barbosa Maia determinou à União, no dia 10 de fevereiro, que adote todas as medidas legais e constitucionais para administrar os recursos repassados para o Sus. Determinou igualmente que fossem remetidas cópias das principais peças processuais às autoridades competentes para que se apurassem eventuais crimes de agentes político-administrativos.



A decisão do Juiz fez-se acompanhar de relatório no qual ele menciona ter feito, após tomar conhecimento das acusações feitas por parte do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e da União Federal, inspeção judicial em estabelecimentos hospitalares da rede e haver-se inteirado de conclusões a que chegou grupo de autoridades convocadas pelo Ministério da Saúde.

Das conclusões destaca-se a falta de manutenção e renovação dos equipamentos médico-hospitalares, de contratação de novos profissionais médicos e para-médicos, de medicamentos e correlatos; compras de insumos hospitalares superfaturados.

A acusação aponta como causa principal do caótico quadro em que se encontra o sistema de saúde do DF a política deliberada de desvios de recurso, notadamente para o setor de obras.

Contribuição Previdenciária em debate

O Juiz Federal substituto da 13ª Vara da Seção Judiciária, no exercício da titularidade da 7ª Vara, Dr. Durval Carneiro Neto, determinou que a Delegacia Regional da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária não poderá descontar a contribuição previdenciária de 11% do aposentado Wilson José Moreira. A decisão tem caráter liminar e é a primeira na Bahia contra a cobrança previdenciária imposta pela emenda constitucional 41/2003.



No entendimento do Juiz Federal, a cobrança previdenciária dos inativos incide sobre um benefício a que aposentados e pensionistas fazem jus por ter contribuído durante todo o período em que trabalharam, sendo que o caráter contributivo do regime de previdência implica necessariamente que haja uma correspondente retribuição. Portanto, a cobrança não se configura propriamente uma contribuição, “mas um verdadeiro imposto incidente sobre o mesmo fato gerador do imposto de renda”.



Pro-Social firma novos credenciamentos

O Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF da 1ª Região (Pro-Social) vem sempre tentando levar aos beneficiários o melhor atendimento, adequando-se às suas necessidades. Foi com esse intuito que firmou recentemente mais convênios para melhor atender a todos.

1. Centro de Atendimento Ambulatorial Psiquiátrico Psicoterápico - Vida Ltda.

(prestação dos serviços de assistência médica na área de psiquiatria, em caráter ambulatorial, compreendendo tratamento para portadores de transtornos psiquiátricos e dependentes químicos e familiares)

SHCN CL, Qd.111, Bloco C, Lojas 19 a 59 – Subsolo

Telefone – 340-0408

Corpo clínico – Minoro Yano (psiquiatra)

Alexandre Rozenwald (psiquiatra)

Bárbara Raquel F. Fernandez (psiquiatra)

Ester Giraldi Dias (enfermeira)

Alexandre Cavalcanti Galvão (psicólogo)

Jury Ricardo Gomes Garcia (psicólogo)

José Ivan Braga (psicólogo)

Rose Paula Fernandino (psicóloga)

Marta Gonzáles (psicóloga)

Herculano O. de Almeida (holística ecoterapeuta)

OBSERVAÇÃO: O atendimento será autorizado, mediante emissão de “Ofício de Encaminhamento”, pela Secretaria de Programas e Benefícios Sociais-SECBE.

2. KA Clínica de Psicologia Ltda.

SGAS 902, Conjunto B, Entrada B, Sala 228, Ed. Athenas

Telefone – 223-7838

Corpo clínico – Kelly Karine de S. Castro (psicóloga)

Lara Ghenov (psicóloga)

Meire D. de Oliveira (psicóloga)

Abdenago de Oliveira Guedes (psicóloga)

Viviane Martins da Silva (psicóloga)

Fabiana Gonçalves Gravina (psicóloga)

Ana Beatriz Dupré Silva (psicóloga)

Márcia de Queiroz Curi (psicóloga)

Pepita Marra (psicóloga)

Cristine Cardoso do Amaral (psicóloga)

3. Clínica Pródigest Ltda. (prestação de serviços médicos, nas especialidades de cirurgia geral, cirurgia vídeo-laparoscópica, cirurgia do aparelho digestivo, gastroenterologia, proctologia, oncologia geral, cirurgia oncológica, prevenção ao câncer e endoscopia digestiva)

SGAS 910, Conjunto B, Bloco F, salas 10 a 29, Mix Park Sul

Telefone - 244-4638

Corpo clínico – Luiz Sérgio Magalhães Braga (gastroenterologista)

Kátia Sudbrack Vidigal (gastroenterologista)

Helenice Arantes de Faria (gastroenterologista)

Milene Adriana D. de Souza (gastroenterologista)

Sandro Emílio Casotti (gastroenterologista)

Valéria Cardoso Pinto (coloproctologista)

4. Instituto de Medicina Nuclear e Endocrinologia de Brasília Ltda.

(prestação de serviços especializados, compreendendo: medicina nuclear (exames de cintilografia), densitometria óssea, ecografia (*doppler*), endocrinologia, laboratório de hormônios, análises clínicas e citopatologia)

SHLS 716, Centro Clínico Sul, Torre I, Conjunto “F”, Bloco 01, Consultórios T-121, T-123 e T-124, 1º Subsolo

Telefone - 245-2102

5. Clínica Geral e Ortopédia Sudoeste Ltda.

(prestação de atendimento ambulatorial, cirúrgico, serviços auxiliares ao diagnóstico e serviços ambulatoriais de emergência, compreendendo: ortopedia-traumatologia, radiologia, fisioterapia, gesso, cirurgia de pequeno porte e RPG)

CLSW 303, Bloco C, Lojas 06/08 – Sudoeste

Telefone – 341-1922

Corpo clínico – Henry Greidinger Campos (ortopedista e traumatologista)

Mivan Guilherme (ortopedista e traumatologista)

Andrea Campos de O. Ribeiro (radiologista)

Melissa de Albuquerque Bernal (fisioterapeuta)

Eliane Franchetto (RPG)

Jaqueline Cavalcante dos Santos (RPG)

6- Biocardios Instituto de Cardiologia Sociedade Simples

(prestação de serviços médicos na especialidade de Cardiologia, compreendendo: atendimento ambulatorial/consulta, serviços auxiliares ao diagnóstico: (eletrocardiograma, ecocardiograma, mapeamento ambulatorial de pressão alta, *holter* 24 horas, teste ergométrico com esteira).

SEPS 709/909, Conjunto “F”, Consultórios 401 a 407, 411 a 414

Telefone – 242-4080

Corpo clínico – Dr. Wladimir Magalhães de Freitas – Cardiologista

Dr. Joannis Basili Garakis – Cardiologista

Dr. Geniberto Paiva Campos – Cardiologista

7. Clínica Sorria de Psicologia Ltda.

SCN, Qd. 01, Bloco “F”, n. 79, Sala 416, Ed. América Office Tower

Telefone – 327-9781

Corpo clínico – Drª Christiane Kanzler B. Nunes – psicóloga

Dr. Vladimir de Araújo A. Melo – psicólogo

8. Fisiotrauma – Clínica de Fisioterapia, Estética e Terapias Alternativas Ltda.

(prestação de serviços médicos na especialidade de fisioterapia, compreendendo tratamento contra patologias neuromotoras, respiratórias, osteomioarticulares, cardiovasculares, bem como RPG e hidroterapia)

SEPS 715/915, Conjunto “A”, Bloco E, Salas 206 a 210 – Edifício Pacini

Telefone - 245-5014

Corpo Clínico - Drª Alessandra Moraes de Moraes (fisioterapia e RPG)

Drª Luciana Migueis Silva (fisioterapia e RPG)

Drª Nara Beatriz Matos (fisioterapia e RPG)

Comunica, ainda, a inclusão do Dr. Marco Antonio Alencar de Almeida e Dr. Guilherme Freire de Moraes Neto no corpo clínico do **Orto-Sul - Centro de Ortopedia e Fraturas.**

Descredenciados - Não são mais credenciadas do Pro-Social as médicas Maria Henriqueta Camarotti Costa (neuropsiquiatra) e Marinês Teixeira Fonseca Santos (psiquiatra) do corpo clínico da Clínica Interdisciplinar de Saúde Mental S/C - Sapiens.

Para quaisquer esclarecimentos, o beneficiário poderá entrar em contato com o Setor de Atendimento ao Beneficiário - Setabe, por meio do ramal 214.

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE
Quadro I
Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios
(Dados até 30/11/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	23.671.205,00		23.671.205,00
2 - Creche	3.196.089,00		3.196.089,00
3 - Auxílio Transporte	761.316,00		761.316,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		148.431,72	148.431,72
Subtotal I	27.628.610,00	385.791,72	28.014.401,72
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	1.430.057,83	1.109.880,74	2.539.938,57
2 - Exames Laboratoriais	929.595,11	721.467,13	1.651.062,24
3 - Exames Radiológicos	843.308,44	654.499,26	1.497.807,70
4 - Internações	3.624.040,35	2.812.650,31	6.436.690,66
5 - Psicologia	474.001,47	367.876,80	841.878,27
6 - TFD	-	134.092,93	134.092,93
7 - Outras	1.966.185,70	1.525.974,41	3.492.160,11
Subtotal II	9.267.188,90	7.326.441,58	16.593.630,48
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	597.103,79	463.417,62	1.060.521,41
2 - Prótese Dentária	820.298,66	636.641,17	1.456.939,83
3 - Periodontia	158.767,48	123.220,87	281.988,35
4 - Radiologia	159.917,97	124.113,78	284.031,75
5 - Endodontia	101.243,03	78.575,63	179.818,66
6 - Outras	400.371,17	310.730,88	711.102,05
Subtotal III	2.237.702,10	1.736.699,95	3.974.402,05
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus	-	1.988.553,68	1.988.553,68
2 - Seguro de Vida	-	330.374,55	330.374,55
3 - Passagens e Hospedagem	-	54.552,53	54.552,53
4 - Outras	-	239.769,94	239.769,94
Subtotal IV	-	2.613.250,70	2.613.250,70
Total Geral	39.133.501,00	12.062.183,95	51.195.684,95

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonodologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2003)

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				DESPESAS	SALDO	
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS			TOTAL
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00						5.987.133,79		5.987.133,79
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	435.281,00	11.308.371,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40	6.001.156,17
fev/03	11.308.371,00		916.321,00	10.392.050,00	6.001.156,17	1.041.386,35	53.739,23	100.203,05	25.471,83	1.220.800,46	922.022,41	6.299.934,22
mar/03	10.392.050,00		930.141,00	9.461.909,00	6.299.934,22	988.767,58	53.609,23	98.796,33	35.918,48	1.177.091,62	1.209.018,44	6.268.007,40
abr/03	9.461.909,00		994.827,00	8.467.082,00	6.268.007,40	998.393,81	50.325,51	101.840,43	29.958,90	1.180.518,65	1.275.951,77	6.172.574,28
mai/03	8.467.082,00		1.198.247,00	7.268.835,00	6.172.574,28	999.255,53	52.816,91	123.496,13	27.135,98	1.202.704,55	1.077.548,01	6.297.730,82
jun/03	7.268.835,00		1.083.729,00	6.185.106,00	6.297.730,82	1.212.557,96	46.568,63	112.326,06	29.369,26	1.400.821,91	810.604,70	6.887.948,03
jul/03	6.185.106,00		1.405.810,00	4.779.296,00	6.887.948,03	1.373.509,58	44.485,89	126.513,22	34.411,29	1.578.919,98	885.029,64	7.581.838,37
ago/03	4.779.296,00		1.089.702,00	3.689.594,00	7.581.838,37	1.315.646,58	44.234,09	19.848,15	59.616,74	1.439.345,56	883.505,61	8.137.678,32
set/03	3.689.594,00		1.177.866,00	2.511.728,00	8.137.678,32	1.306.655,81	43.723,11	120.227,75	26.747,42	1.497.354,09	1.283.891,31	8.351.141,10
out/03	2.511.728,00	251.760,00	1.120.981,00	1.642.507,00	8.351.141,10	1.305.026,58	49.286,74	126.364,29	28.150,13	1.508.827,74	1.384.075,96	8.475.892,88
nov/03	1.642.507,00	48.240,00	1.151.988,00	538.759,00	8.475.892,88	1.305.542,00	48.802,68	108.562,70	48.761,34	1.511.668,72	1.214.882,70	8.772.678,90
dez/03				-								-
TOTAL 2003		12.043.652,00	11.504.893,00	538.759,00		12.792.312,17	550.330,11	1.130.249,46	374.837,32	20.834.862,85	12.062.183,95	8.772.678,90

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.

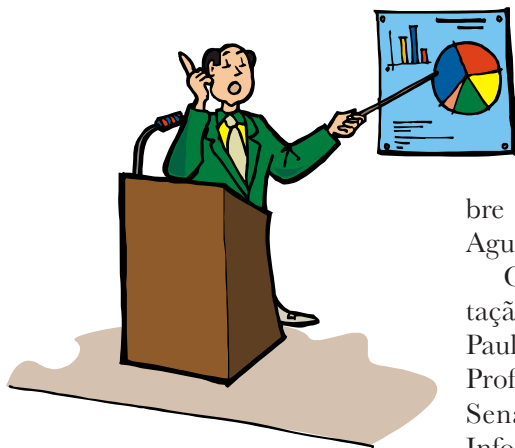


Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

Minas Gerais



Subseção de Juiz de Fora

Relações Humanas é tema de curso

Foram realizados na Subseção o curso de Relações Humanas e o curso sobre as inovações do Código Civil, ministrado pelo Promotor de Justiça, Roger Silva Aguiar.

O projeto de capacitação envolveu, também, a apresentação da palestra “Interpretação da Lei e dos Negócios Jurídicos”, no dia 04 de novembro, com o professor Paulo Nader. No mês de dezembro serão realizados os cursos de Direito Penal, com a Professora Alessandra Pinto Casiano; Chefia e Liderança, ministrado por instrutor do Senai; Qualidade no Atendimento ao Público, a cargo do instrutor do Senac; e Informática para Iniciantes, por conta dos instrutores do Sesi.

Piauí

Semana Nacional do Livro e da Biblioteca

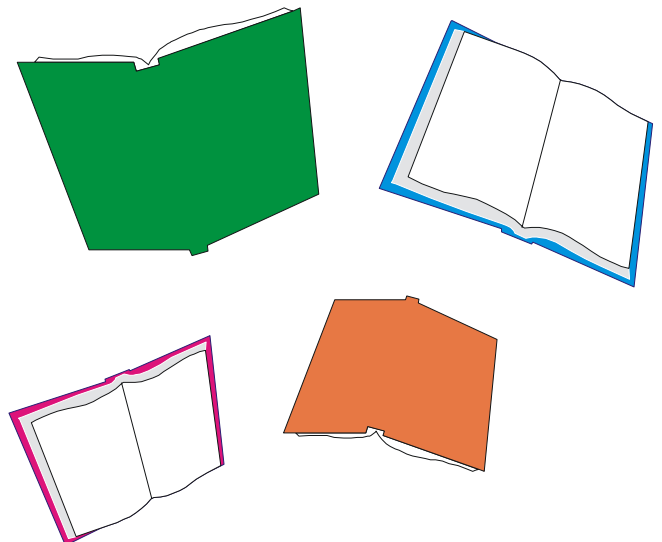
A Biblioteca Agnelo Pereira, da Seção Judiciária, participou, no período de 23 a 29 de outubro, da V Semana Nacional do Livro e da Biblioteca no Piauí, destinada à promoção cultural.

Para tal, a Biblioteca promoveu um concurso para a seleção da melhor frase que fizesse alusão ao evento.

Cerca de 55 frases foi enviada à Biblioteca por servidores e magistrados.

A premiação ocorreu no dia 23 de outubro, no auditório do Centro de Ensino Unificado (Ceut), oportunidade em que o servidor Carlos Alberto Rodrigues, Assessor Jurídico da Secretaria Administrativa, recebeu, pela frase “A Liberdade é o efeito permanente que a leitura deixa no espírito humano”, das mãos da bibliotecária da Seção Judiciária, Eliana Valois, a obra literária sobre a vida do conceituadíssimo Euclides da Cunha, ícone da literatura brasileira.

Por determinação do Diretor do Foro, Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, a frase premiada será publicada no demonstrativo salarial dos servidores da Seção Judiciária do Piauí referente ao mês de novembro/2003.



TRF-1ª Região

Atividades do PGQVT

Confira a relação de atividades desenvolvidas pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) que foram retomadas em fevereiro:

- **IOGA:** As aulas acontecem às segundas, quartas e sextas-feiras, das 19h10 às 20h10, no *hall* do Plenário (térreo), Ed.-Sede. Ainda temos vagas. É cobrada uma taxa de participação, descontada mensalmente em folha, no valor de R\$10,00 (duas aulas/semana) ou R\$15,00 (três aulas/semana). Informações/inscrições, com Natália, ramais 408 e 516.

- **Coral Habeas Cantus:** Neste ano, os ensaios acontecerão às terças e quintas-feiras, das 19h às 20h30, no *hall* do Plenário. Para participar não

é necessário ter experiência em relação a música. Todos serão bem-vindos: servidores, estagiários, prestadores de serviço, dependentes e convidados! Inscrições, ramais 486 e 294.

- **Vigilantes do Peso/Grupo AT Work:** Os encontros acontecem às quartas-feiras, das 12h às 13h, no *hall* do Plenário. O novo grupo será iniciado assim que tivermos 20 participantes inscritos, no mínimo. O preço continua o mesmo do ano passado: R\$ 153,00 (divididos em 2 X) pelo pacote de 10 reuniões. Inscrições, na SESOC, ramais 486 e 294.

- **Massagem Expressa:** Já está sendo prestado atendimento, no *hall* do Plenário, em frente à copa. O pre-

ço continua o mesmo: R\$8,00 a massagem avulsa ou R\$34,00 o pacote com cinco massagens (R\$6,80 cada). O horário de atendimento foi ampliado. Agora, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h. Inscrições, diretamente com os massagistas, Patrícia (925.3035), Vladimir (935.6012) e Vinícius (943.4979) ou pelo ramal 390. Para massagens no Ed. Adriana, o agendamento deve ser realizado com a massagista Teresa Cristina (942.7625 e 242.0171).

São essas algumas das ações que o Comitê Gerencial do PGQVT, formado por integrantes de diversas unidades desta Casa, está programando para este ano. Participe!! O PGQVT é um programa criado especialmente para você que trabalha no TRF!! Aguarde outras novidades!!

Teste seus conhecimentos

Por Márcia M. Barroso

Vários são os motivos que nos levam a escrever palavras com suas iniciais maiúsculas; porém, de uma forma simplificada, pode-se dizer que com elas se escrevem os nomes próprios de um ser, de um lugar, de um órgão, de um sistema, de uma obra, de um fato histórico, etc; ou quando se deseja dar a algo o mesmo valor de singularidade, de individualidade; ou, ainda, quando a intenção é substituir, mantendo-se esse valor, um nome próprio por um comum. Devemos tomar cuidado para não abusarmos das maiúsculas, pois senão perderão a sua função de tornar algo especial. Estando o substantivo imbuído de indeterminação, não convém empregá-las e, sendo claro no contexto o significado de palavras homônimas (iguais), não há motivo para utilizá-las com o intuito de eliminar duplo sentido.

Marque a frase em que esses critérios não foram observados quando se empregaram essas iniciais:

- O País passa por momentos de embarço.
- Isso ocorreu na Ditadura.
- Todos almejamos a Paz.
- O documento será apreciado por Ministro.
- O Ministério Público Federal ajuizou duas ações civis públicas hoje, distribuídas a varas federais diversas.

Resposta: d

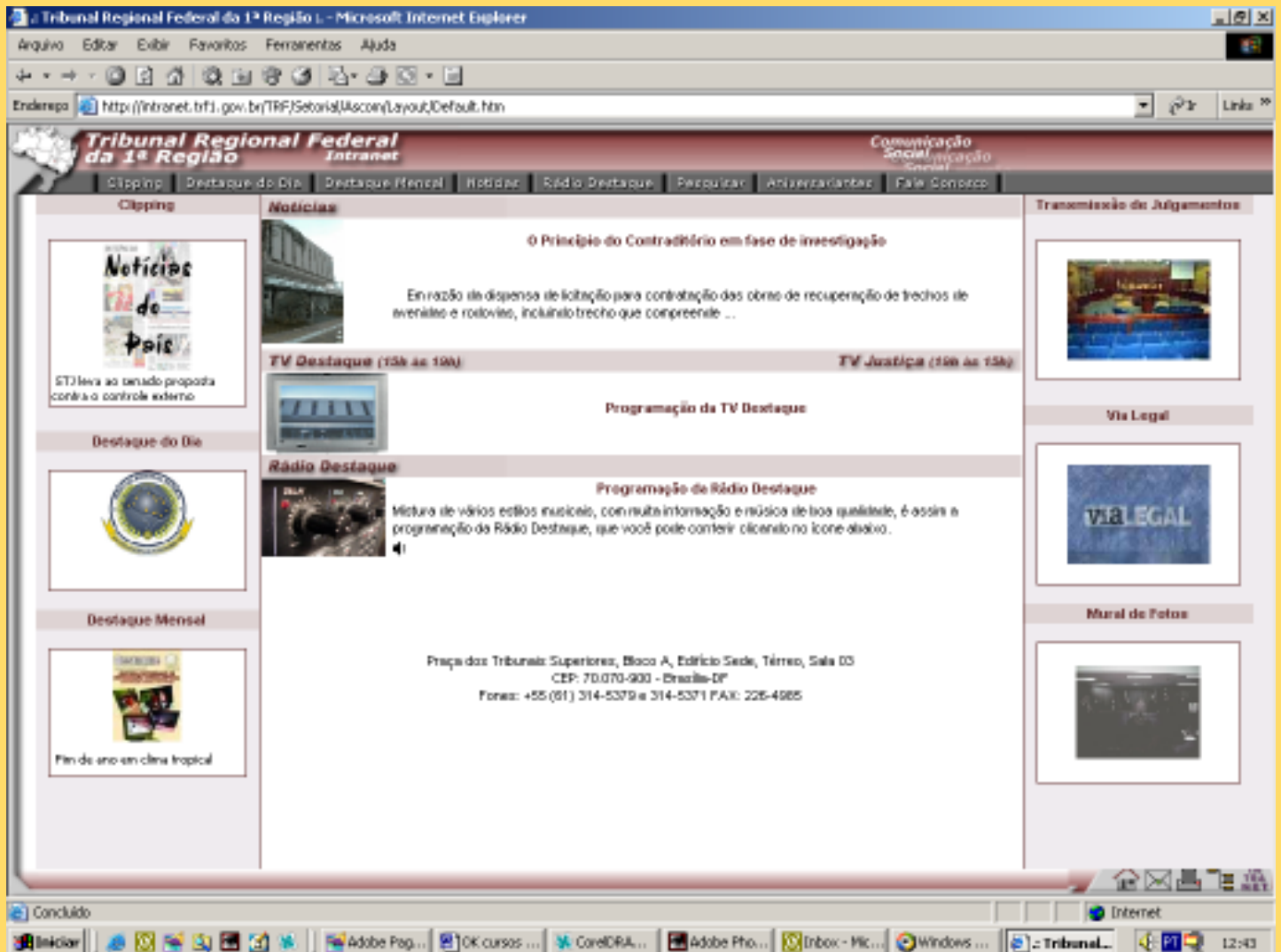
Membros do Comitê do PGQVT

Agnaldo Dias de Souza
 Andréa Balsini Ghisi
 Antônio Magnaldo Timo Leite
 Cristine Caltabiano Neves Frauzinho
 Conceição de Maria Pereira de Carvalho
 Daniela Amorim Reis
 Eliete dos Santos Teixeira
 Etiene Gomes de Carvalho
 Tracy Moreira Borges
 José Carlos Viana
 José Murilo Cruz Brito
 Juliana B. Espíndola Moreira
 Maria Angela Rocha Paes
 Maria de Lourdes Montes
 Maura Gomes de Carvalho
 Nádia B. da Cruz Santana
 Neslita Costa Silva
 Roberta Costa Matos
 Ruth Maria Cruz Vaz
 Sérgio Faria L. da F. Neto

Notícias

Música

Divulgação



Quer saber das principais notícias, se divertir ouvindo música e ainda assistir aos julgamentos do dia?

Acesse a página da Assessoria de Comunicação Social do TRF na Intranet

Ascom

Aprimorando a Comunicação no TRF-1ª Região